

# FORMAÇÕES DISCURSIVAS INSTITUCIONALIZADAS NO DISCURSO SOBRE A MACONHA: REPETIÇÃO E DIFERENÇA<sup>1</sup>

MARIA TERESA MARTINS REZENDE<sup>2</sup>

## RESUMO

As práticas discursivas, estabelecidas historicamente, são responsáveis pela produção de sujeitos dos discursos. Isso implica em afirmar que a história irrompe pelo discurso desse sujeito, também forjado historicamente. A produção dos sentidos e seus efeitos fornecem possibilidades substanciais para o reconhecimento do retorno, da troca, do equívoco, do deslizamento, que constituem o discurso e seu sujeito por meio das heterogeneidades, as quais implicam-se mutuamente, buscando uma “negociação” (AUTHIER-REVUZ) no interior do processo constitutivo do discurso materializado nas várias dimensões das formações discursivas relativas às instituições sociais. A noção de formação discursiva, como dispositivo metodológico, postulada por Foucault, será utilizada para analisar os discursos sobre a maconha produzidos e emanados de alguns lugares institucionais, como as áreas médicas e jurídicas no Brasil. O intuito é depreender neles irregularidades intrínsecas aos discursos responsáveis por tornar bastante tênue qualquer traço determinista que figure como autonomia do sujeito do discurso. Utilizando o suporte teórico da Análise do discurso Francesa e dos estudos dos modos de subjetivação do sujeito, busca-se mostrar como esses discursos institucionais desenvolveram-se, destacando as relações de força e de sentido profundamente imbricadas no processo histórico de representação do real, por meio da linguagem e do discurso, como meio efetivo de reatualização e reprodução de sentidos que mobilizam existências remotas, tornando

1 Este trabalho é parte integrante da pesquisa de dissertação de mestrado da autora.

2 Mestre pelo curso de pós-graduação mestrado acadêmico em Letras da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS, mariterezende@hotmail.com

recorrente uma permanência discursiva carregada de ideologias e advindas de posicionamentos enunciativos institucionalizados, responsáveis por sedimentar formas de representação do real convenientemente controladas pelo discurso e suas relações de poder.

**Palavras-chave:** Discurso sobre a maconha, Formações discursivas, Processos de significação institucionais, Relações de poder, Análise do discurso.

## INTRODUÇÃO

**D**iante de todos os conceitos evocados a respeito dos discursos e seus alcances, que possibilitam depreender as dinâmicas que fazem irromper, reproduzir, subverter, transformar ou ressignificar sua exteriorização, o discurso sobre a maconha é um dos temas mais importantes na atualidade. Alcança as esferas pública, jurídica, jornalística, científica, médica, religiosa e filosófica, entre outros campos do conhecimento e da informação. É um discurso com origens diferenciadas, e que toca em problemas sociais relevantes, como a violência e a criminalidade.

Sendo originado enquanto discurso de Estado, de uma história particular, como modelo específico de repressão, esse discurso público esconde todas as forças sociais, políticas e os interesses econômicos envolvidos na questão, e pode ser considerado pelo caráter autoritário que se imprime em suas realizações. Os discursos sociais, segmentados, reproduzem-se pela memória discursiva, que se plasma de maneira irreflexiva nos mecanismos de comunicação, já que a recepção dos discursos institucionalizados representa um *status quo* que atinge o imaginário popular, ausente da “noção de equívoco” sustentada nas teorias de Pêcheux.

Nos últimos anos, porém, mudanças significativas aconteceram na política de repressão às drogas em âmbito mundial. Essas mudanças vêm acompanhadas de novas interpretações, discursos e propostas para enfrentar a questão, o que instaurou polêmicas radicais entre grupos sociais diferenciados. Na abordagem desses discursos, é necessário considerar alguns conceitos fundamentais no que respeita às posições-sujeito daquele que enuncia, como, por exemplo, o conceito de ideologia, corroborando com os princípios da Análise do Discurso (AD), uma vez que existem ideologias presentes nos discursos oficiais sobre a maconha.

Orlandi (2001) observa que a ideologia representa o efeito de completude saturada e “evidente” da linguagem, momento em que os sentidos são admitidos como institucionalizados e “naturais”. Há, portanto, na comparação, uma naturalização discursiva de que a maconha representa criminalidade e violência, bem como a degradação da condição humana. No entanto, as ciências recentes têm alterado essas informações, desestabilizando essas formações discursivas

institucionalizadas e aparentemente naturais. Seria preciso, pois, inferir os sentidos “outros” que não figuram abertamente porque encontram-se usurpados do direito de consubstanciar as representações do real legitimado, socialmente e hierarquicamente, em uma tentativa de deslindar os apagamentos em suas constituições.

É por meio do discurso e das relações de sentido que o constituem que essas verdades se estabelecem e fundam representações da realidade reproduzidas socialmente por meio das práticas discursivas. De toda a efervescência teórica que aborda o discurso e o transforma em objeto analítico, surgem as perspectivas relacionadas ao estudo dos enunciados, porque é por meio deles e de sua existência que se estabelecem os conceitos de formação discursiva e os postulados que deslocam do dialogismo uma compreensão mais ampla da heterogeneidade constitutiva implicada na materialidade do discurso.

Os movimentos da interpretação, como processo significativo, não existem de forma neutra. O sujeito, ao produzir seu discurso, evoca vozes e memórias constituídas nas formas institucionais que conduzem às mais variadas formações sociais, em um movimento diacrônico; e muito embora os sentidos se inscrevam, pela linguagem, na história, em muitos contextos eles sofrem deslocamentos que usurpam seu lastro material e histórico. Esse fato ocorre, por exemplo, por meio da intervenção ideológica, que desloca os sentidos reduzindo-os a um conteúdo e a uma “impressão de sentido literal.” (ORLANDI, 2004, p.22). O efeito de evidência que constitui as bases ideológicas mantém controlada a interpretação, direcionando-a para sentidos igualmente controlados.

Nos estudos a respeito da maconha, naquilo que respeita às mais variadas instituições, há uma grande produção de discursos que mantêm os sentidos controlados. A maioria dos estudos das áreas das humanidades aborda as dimensões históricas, antropológicas, culturais, econômicas, políticas e ideológicas, nas quais a maconha se constitui como objeto de análise, sendo contextualizada a partir de uma política antidrogas, sustentada pelo capitalismo, que se desdobra em uma história de repressão racial e cultural.

No entanto, muitos estudos científicos desenvolvidos ainda no século passado - e que só atualmente são difundidos com maior frequência - no interior das instituições médicas ressaltam como as propostas de regulamentação, bem como de legalização da maconha

contribuiriam para a ciência e para a saúde pública, já que seria uma planta com muitas possibilidades medicinais e curativas, que, se trabalhadas pela ciência, teriam seus danos atenuados e seus efeitos controlados.

Mesmo que se tenha obtido uma abertura nas discussões sobre a maconha, a construção do proibicionismo, como uma política de criminalização social instaurou-se subjacente às formas de aplicação das leis e aos parâmetros jurídicos, os quais balizam e definem as relações sociais, por meio das práticas discursivas. Isso coloca em evidência as falhas da atual “guerra contra as drogas” implementada pelo modelo americano; sendo que desse equívoco fundamental decorrem representações sociais também equivocadas. Em suma, essas pesquisas denunciam o caráter anacrônico e ineficiente da política contra as drogas, uma vez que discutem a legalização a partir de uma crítica antropológica, política, econômica, científica e cultural.

A política atual antidrogas, entretanto, para além dos estudos mais recentes, cuja perspectiva se distancia dos julgamentos de valor que tendem para a moral e para o preconceito, continua reforçada ideologicamente por setores conservadores da comunicação, os quais insistem em reproduzir os antigos discursos emanados de formações discursivas institucionalizadas, hierarquicamente legitimadas socialmente, como as instituições médica e jurídica, que vinculam uma verdade que, a despeito das recentes descobertas, está há mais de um século atrasada.

O fato é que a maioria dos discursos produzidos a respeito da maconha está reduzida a posicionamentos moralistas e preconceituosos; defasados, mas ainda hoje, legitimados socialmente por serem difundidos preferencialmente pelas instituições médicas e jurídicas, indicando, ao contrário dos estudos mais recentes, que a flexibilização do Estado em relação às drogas aumentaria o consumo e os problemas sociais, inclusive os problemas de saúde. Esse discurso é historicamente reforçado, inclusive, por setores religiosos que defendem que o uso de narcóticos é fruto do pecado, e assim se permitem produzir discursos que associam a maconha à corrupção individual e social, bem como à violência. Essas condições de produção do discurso concorrem para o estabelecimento de uma formação imaginária, a qual figura circunscrita pelos sentidos e suas vinculações ideológicas nas práticas discursivas.

Está claro, portanto, que há uma permanência ideológica compartilhada socialmente, materializada pelos discursos e pela constituição dos sentidos no interior das práticas e de suas respectivas formações discursivas. Essa permanência, vinculada sobretudo por meio das formações discursivas, pode ser apreendida por meio das regularidades e irregularidades que compõem os enunciados dos discursos em suas condições de produção específicas. Sendo o discurso dependente da relação entre sujeito e sentido, as interpretações estarão inevitavelmente atravessadas por marcas de subjetivação, também vinculadas às condições de produção, e nisso estão implicadas a materialidade e a espessura semântica dos sentidos e seus efeitos, ambos de estatuto histórico.

Nessa perspectiva, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar os discursos dos sujeitos situados no interior das instituições, mais especificamente das instituições médica e jurídica, já que, por conta das sutilezas materializadas nos discursos e nos enunciados que os compõem, é preciso considerar as muitas dimensões constitutivas instauradas nos processos discursivos, como a heterogeneidade discursiva (AUTHIER-REVUZ, 1990) e o conceito foucaultiano de formação discursiva. Esses conceitos ajudam a descrever, do ponto de vista linguístico, a situação ideológica presente nas formações discursivas institucionalizadas.

Foucault (1969) trata das formações discursivas por meio da ideia de dispersão e de que forma ela pode ser apreendida e descrita, porque um pretense isolamento das várias categorias que constituem o aparecimento do enunciado, de uma maneira ou de outra, relaciona-se nas regularidades discursivas por entre movimentos hierárquicos de relativa permanência e de deliberado apagamento quando necessário.

[...] No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva. (FOUCAULT, 2008 [1969], p.43).

Esse dispositivo permite que, no que diz respeito aos discursos institucionalizados sobre a maconha, haja a possibilidade de localizar, pela materialidade dos enunciados pertinentes a eles, não apenas as formações discursivas que os circunscrevem, mas também depreender nas marcas de distância - que se instalam entre os discursos “outros” - uma identidade que constituída do exterior se repete e se diferencia no interior por um constante movimento regulador.

Nessa perspectiva, as formações discursivas demandam a apreciação da emergência dos enunciados (sobretudo em uma dimensão analítica), assim como das elisões e das ausências de seu aparecimento no tempo para que se pretenda supor uma descontinuidade como traço relevante desse conjunto de formas. Isso porque,

[...] A análise do campo discursivo é orientada de forma inteiramente diferente: trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui [...]. (FOUCAULT, 2008 [1969], p.31).

É esse “movimento regulador” que interessa, porque ele pressupõe um mecanismo de delimitação dos processos de significação que são gestados nas dimensões institucionais. Isso fica mais evidente quando comparamos os discursos do século passado aos discursos atuais das mesmas instituições, fato que denota que as relações de força e sentido dos discursos antigos ainda surgem reproduzidas, por meio do interdiscurso e da dimensão dialógica, não só nos discursos das formações discursivas institucionalizadas, mas indiscriminadamente nos discursos do senso comum.

Nessa perspectiva, depreender esse movimento regulador no interior dos discursos institucionais possibilita evidenciar a ordem do discurso (FOUCAULT, [1970], 2014), uma vez que os discursos produzidos nessas instituições são responsáveis por estabelecer formações discursivas que, a despeito de todas as mudanças em relação às “verdades” (des)estabilizadas, ainda têm, sistemática e insuspeitadamente, difundido discursos e sentidos que até hoje orientam para interpretações equivocadas no que tange às formações imaginárias e ideológicas.

As relações de poder desenvolvidas no interior dessas instituições direcionam, de maneira inquestionável, a produção de verdades e os modos de representação da realidade que seus discursos vinculam.

O tema é de grande relevância social e, atualmente, mobiliza setores diversos da opinião pública e da academia universitária, setores jurídicos, jornalísticos, da ciência e da saúde como um todo, bem como órgãos ligados às políticas públicas no Brasil. Nesse sentido, esta pesquisa pretende contribuir para uma leitura científica, sobretudo, linguística dos sujeitos e dos discursos sobre a maconha, buscando apreender as variações de forças ideológicas e históricas presentes na linguagem. Outro ponto a ser destacado é que a ciência desempenha importante função emancipatória, porque é por meio dela que conseguimos subsídios para a superação do senso comum.

## **METODOLOGIA**

Na organização metodológica, a pesquisa tem base bibliográfica e documental e agrega entrevistas e registros com os sujeitos discursivos envolvidos no tema; bem como trabalhos acadêmicos que contemplam as discussões históricas, políticas, culturais e ideológicas sobre a maconha. Esse desdobramento metodológico visou adensar esta pesquisa, propondo trazer para a ADF uma problemática atual e com escassas abordagens do tema, no que diz respeito ao estudo das formas linguísticas e de seus significados recuperados dos discursos-outros sobre a maconha.

Sendo assim, o desenvolvimento das análises buscou demonstrar como os discursos sobre a maconha se repetem por meio do reconhecimento dos enunciados e suas circunscrições dentro das formações discursivas institucionalizadas. Essa retomada ocorre não só na perspectiva estrutural do código linguístico, mas, sobretudo, naquilo que tange os sentidos, e suas constituições, recuperados de discursos-outros, de uma anterioridade histórica, em que as formações imaginárias, fundadas a partir do signo da moralidade, estavam estabelecidas pelas práticas discursivas. É justamente esse retorno dos sentidos, pouco ressignificados, por meio do sujeito do discurso, que denota como as relações de poder desenvolvem-se pelo discurso institucional e atendem aos interesses e ideologias daqueles que detêm o conhecimento, o saber.



Os percursos que incluíram a maconha no estatuto da criminalidade e da proibição foram desenvolvidos a partir da perspectiva histórico-política, uma vez que por meio dessa abordagem diacrônica é possível acessar os sentidos produzidos pelos discursos institucionais daquelas condições de produção no Brasil e verificar que a materialidade histórica deles está instaurada, inicialmente, pelo caráter repressivo que se desdobra institucionalmente na criminalização.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A pesquisa, considerando o aporte teórico, tem como base a ADF – Análise do Discurso Francesa, uma ciência que pressupõe abordagens da linguística, do marxismo e da psicanálise e considera as condições de produção da linguagem, os interdiscursos, as formações imaginárias, discursivas, contemplando a pesquisa dos sujeitos, da ideologia e das formas históricas presentes na linguagem do objeto analisado.

Na AD há a proposta de relação entre a linguística e as ciências sociais (ORLANDI, 2001), e, nesse sentido, é preciso recorrer aos campos da história e da antropologia para intensificar o processo de reconhecimento dos discursos e das “verdades discursivas” consolidadas na ideologia da sociedade, já que “[...] os estudos discursivos visam pensar o sentido dimensionado no tempo e no espaço das práticas dos homens, descentrando a noção de sujeito e relativizando a autonomia do objeto da linguística.” (ORLANDI, 2010, p. 16).

Com relação ao aporte teórico que contemplasse a representatividade histórica cultural da Maconha, foram utilizadas algumas obras dos historiadores Henrique Carneiro e Júlio Delmanto. Este último, com uma abordagem histórica de caráter político a respeito das drogas e dos partidos (políticos) de esquerda no Brasil. O suporte teórico do filósofo Michel Foucault, também utilizado neste artigo, ainda que seja da esfera antropológica, pode ser considerado favoravelmente dentro dela, uma vez que a antropologia trata dos costumes, hábitos, crenças, dos aspectos culturais e físicos das diferentes formações sociais que existiram, e existem, ao longo da história, dimensões da sociedade muito observadas nos postulados do autor.

Nos discursos sobre a maconha, a legitimidade institucional estreita-se ao ato criminalizatório e encontra nas estruturas sociais o eco disciplinar do “fechamento” (EAGLETON, 1997, p. 174). Pode-se,

inclusive, associar esse “fechamento”, nesses discursos, às cristalizações de enunciados do campo jurídico, suplantando outros enunciados que ocorrem em outros campos discursivos. Esses enunciados são sistematicamente retomados em outras enunciações, incorporando ao discurso, o “discurso-outro”, articulando, nitidamente pontos de heterogeneidade (AUTHIER-REVUZ, 1990) localizáveis na cadeia discursiva, e que relevam da ideia de criminalidade muito associada pelos estudos médicos sobre degenerescência

Com efeito, esses aportes teóricos fornecem bases sólidas para um estudo linguístico, baseado na AD, possibilitando realizar leituras mais profundas dessas verdades discursivas, já que um analista do discurso deve ir além dos sentidos de evidência das palavras, observando suas cargas ideológicas e como elas encadeiam-se em enunciados que vinculam os sentidos necessários para o determinado acontecimento do discurso em que irrompem.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Por meio da análise dos enunciados, determinados historicamente, dessas formações discursivas específicas foi possível compreender como se conjugam, nesses discursos, as relações de poder que, mobilizadas por meio das técnicas de execução, instalam-se nos discursos e dependem de condições de produção específicas.

Analisar esses tipos de discursos sobre a maconha, por meio dessas relações de força e de sentido engendradas no interior das práticas discursivas, demonstrou que as recorrências enunciativas não se limitam à linearidade discursiva, uma vez que elas retomam, inclusive as cargas ideológicas dos modos de representação que se pretendia manter. E nesse aspecto, esta pesquisa torna-se pertinente porque trabalha as dimensões médicas e jurídicas dos discursos sobre a maconha, por meio da estrutura e do acontecimento, inferindo deles os sentidos dissimulados historicamente por entre os interesses institucionais em detrimento daquilo que poderia promover a emancipação do sujeito social.

Os conhecimentos administrados nos limites de sua exteriorização por essas formações discursivas mantêm controladas as interpretações e as subjetividades e, nesse sentido, a presente pesquisa abre possibilidades de estender, para outros tipos de discursos e para

outras “verdades institucionais”, o reconhecimento dos processos de controle que são possíveis de serem desenvolvidos pela linguagem nos discursos.

A materialidade histórica que constitui os discursos sobre a maconha não está reduzida aos processos de proibição das drogas; a discursividade produzida por ela excede os sentidos veiculados oficialmente e demonstra que as relações de poder se exercem em todos os níveis e esferas da sociedade utilizando a linguagem como condição de existência dos discursos, uma vez que, por meio deles, as práticas sociais vivem ou desaparecem.

O suporte teórico da Análise do discurso Francesa possibilitou depreender que a discursividade da formação discursiva médica não só produz uma formação imaginária como também sentidos que atendem a uma função ideológica. Sendo assim, a ordem do discurso médico não é apenas responsável pela estabilização dos sentidos que devem ser legitimados e difundidos socialmente; ela é, sobretudo, “diferenciante”, na medida em que não permite e nem possibilita que outros sujeitos, não participantes desse lugar institucional, possam acessar os sentidos e os discursos regidos nas formações discursivas e ideológicas que sustentam os discursos de verdade forjados nas relações de forças.

Essa ordem característica desses tipos de discursos está, também, determinada pelas “condições de funcionamento” que, por conta das práticas discursivas específicas, necessitam que o sujeito seja qualificado para evocá-los.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Torna-se evidente, portanto, que nos discursos institucionais sobre a maconha, a despeito das inúmeras mudanças por meio das novas perspectivas científicas, a ordem do discurso denota o funcionamento diferenciante ao qual os sujeitos estão vinculados, o que mobiliza sentidos e “verdades” que não podem estar acessíveis a todas as posições-sujeito. Entretanto, é preciso saber que essas condições de funcionamento, que controlam a possibilidade do acesso livre a qualquer sujeito em enunciar tais discursos, ao mesmo tempo definem a ocorrência das formações discursivas. Estas não permanecem em um funcionamento automático atendendo a um limite impenetrável, mas

antes se encontram em relações limiares com outras formações discursivas, e dessas relações decorrem as transformações dos sentidos.

O fato é que, mesmo que exista constante contradição e resignificação por conta da heterogeneidade das relações no interior das formações discursivas, isso não implica livre acesso aos seus discursos constituídos, muito embora haja recorrência de traços deles por meio de retomadas enunciativas em outras formações discursivas. Aquilo do discurso que não deve estar acessível a outros sujeitos e às suas respectivas formações discursivas permanecem regulados por dentro, pelas condições de funcionamento e suas respectivas relações de força e de sentido.

De uns anos para cá, as pesquisas científicas desenvolvidas pelos diversos ramos das áreas médicas sobre os usos, terapêuticos ou não, da maconha têm sido muito importantes na resignificação dos sentidos estabelecidos pelos discursos dessa formação científica que, ao longo de muitos anos, foi responsável por produzir verdades sobre a maconha que promoveram modos de representação da realidade fundados sob o signo da criminalidade, no qual subjazem o preconceito e a ignorância. No entanto, essas novas produções de sentidos e de verdades não conseguiram promover a transformação das formações imaginárias e ideológicas resultantes das práticas discursivas médicas do início do século XX, as quais, há mais de um século, insistem em relacionar à maconha sentidos que remetem aos grupos sociais mais vulneráveis.

As práticas discursivas estão determinadas historicamente na sociedade e com elas os modos de subjetivação vinculados pelos discursos. Nessa perspectiva, é preciso que se reconheça, pela materialidade discursiva, os processos que instituem os sentidos e as ideologias compartilhados pelas diversas dimensões sociais. Esses sentidos e ideologias podem ser localizados e delimitados por meio do sistema estrutural da língua, assim como por entre as relações dialógicas que constituem os discursos. Ao identificar nesses processos discursivos as retomadas enunciativas pode-se inferir como as relações de poder influenciam o regime do discurso, bem como as motivações circunscritas nas posições-sujeito.

## REFERÊNCIAS

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Palavras incertas**: as não-coincidências do dizer. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Entre a transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). Trad. C. M. Cruz; J. W. Geraldi. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas (19): 25-42, jul. / dez. 1990.

BRAIT, Beth. (Org.). **Bakhtin**: outros conceitos-chave. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

BAKHTIN (Mikhail. VOLOCHINOV). **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. de M. Lahud; Y. F. Vieira. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz. (Orgs). **Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade**: em torno de Bakhtin. Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 2.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

CARNEIRO, Henrique. **Pequena enciclopédia da história das drogas e bebidas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

CARNEIRO, Henrique. **A igreja, a Medicina e o Amor**: prédicas moralistas da época moderna em Portugal e no Brasil. São Paulo: Xamã, 2000.

CARNEIRO, Henrique. **Bebida, abstinência e temperança na História antiga e moderna**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. Trad. L. Orlandi; R. Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DELMANTO, Júlio. **Camaradas caretas**: drogas e esquerda no Brasil. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2015.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**. Trad. S. Vieira; L.C. Borges. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. L. F. Baeta Neves. 7ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Trad. L. F. de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Trad. S. T. Muchail. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Obrar mal, decir la verdad: función de la confesión en la justicia**. Curso de Lovaina, 1981. 1. ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. R. Machado. 19.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. B. S. Mariani... [et al.]. 2.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 9. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. de E. P. Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Trad. E. P. Orlandi. 7.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

PESQUEIRA, André Melo. **Ópio tropical**: a Cannabis e a questão das drogas no Brasil (1915-1949). Monografia (Trabalho de conclusão do Curso de História). 52f. Universidade Federal do Paraná, 2010.

RIBEIRO, Sidarta; TÒFOLI, Luis Fernando; MENEZES, João Ricardo Lacerda. O uso medicinal da maconha e outras drogas atualmente ilícitas. In: BOKANY, Vilma (org.). **Drogas no Brasil entre a saúde e a justiça**: proximidades e opiniões / Vilma Bokany (organizadora). – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

SERVIÇO NACIONAL DE EDUCAÇÃO SANITÁRIA. **Maconha (Coletânea de Trabalhos Brasileiros)**, Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 1958. Disponível em: <[https://www.growroom.net/download/livros/maconha\\_coletanea\\_01.pdf](https://www.growroom.net/download/livros/maconha_coletanea_01.pdf)>. Acesso em 02/09/2017.

SOUZA, Jorge Emanuel Luz de. **Sonhos da diamba, controles do cotidiano**: uma história da criminalização da maconha no Brasil republicano. Dissertação (mestrado). 194f. Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2012.

SUGASTI, Chandra Devi Sara. **Reflexões preliminares sobre a descriminalização da maconha no Brasil**. 2013. 70f. Monografia (Trabalho de conclusão de curso em Serviço Social) – Universidade de Brasília – UnB, Brasília, DF, 2013.

TRAD, Sérgio. Controle do uso de drogas e prevenção no Brasil: revisitando sua trajetória para entender os desafios atuais. In: NERY FILHO, A., et al. orgs. **Toxicomanias**: incidências clínicas e socioantropológicas. Salvador: EDUFBA; Salvador: CETAD, 2009, pp. 97-112. Drogas: clínica e cultura collection. ISBN 978-85-232-0882-0.